



Ana Cristina Silva Daxenberger



Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

ana.daxenberger@gmail.com

Rosivaldo Gomes Sá Sobrinho



Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

rosivaldosobrinho@gmail.com

IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA E ENFRENTAMENTO DO RACISMO: CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

Apresentamos as ações extensionistas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Desenvolvimento Rural e Inclusão Social, com o objetivo de proporcionar discussões e práticas educacionais que permitam a superação da discriminação étnico-racial e a autoafirmação da identidade afro-brasileira junto aos estudantes do ensino fundamental e médio de uma escola no município de Areia/PB. O projeto de extensão se caracterizou como pesquisa-ação, utilizando-se de questionário, observação e práticas pedagógicas participativas. Constatamos como resultados: o fortalecimento da identidade étnico-racial, a valorização da cultura afro-brasileira, a ressignificação da história da África e do seu povo, e também relatamos a construção de práticas exitosas de superação da discriminação racial.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Etnicidade. Enfrentamento ao racismo.

AFRO-BRAZILIAN IDENTITY AND RACISM CONFRONTATION: BUILDING NEW SOCIAL RELATIONSHIPS

ABSTRACT

We present the extension actions developed by the Education, Rural Development and Social Inclusion Studies and Research Group, with the objective of providing educational discussions and practices that allow the overcoming of the ethnic-racial prejudice and the self-affirmation of the Afro-Brazilian identity among students of elementary and high school in the city of Areia, state of Paraíba/Brazil. The extension project was characterized as an action research, using questionnaire, observation and participatory pedagogical practices. We note as results: the strengthening of the ethnic-racial identity, the valorization of the Afro-Brazilian culture, the re-signification of Africa's history and its people, and we also reported the construction of successful practices of overcoming racial prejudice.

Keywords: University Extension. Ethnicity. Confronting racism.

Submetido em: 13/08/2018

Aceito em: 18/02/2019

Ahead of print em: 10/04/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p555-571>



I INTRODUÇÃO

A diversidade étnico-racial no Brasil é tão evidente quanto às tensões sociais causadas pela falta da valorização e reconhecimento das diferentes culturas que marcam uma sociedade preconceituosa, cheia de estereótipos e estigmas atribuídos à população afro-brasileira. Segundo Munanga (2003, p.2) dentre os grupos étnicos que formam a população brasileira, apenas os afrodescendentes trazem o estigma e a formação de uma identidade negativa associada à cor da pele que, “embora inicialmente atribuída, acabou sendo introjetada, interiorizada e naturalizada pelas próprias vítimas da discriminação racial”

O processo histórico relacionado a essa construção negativa tem sua origem no período escravagista, mas se perpetua no período pós-abolição quando foi negado ao negro o direito de inserção na sociedade brasileira. Apesar do discurso da democracia racial divulgada como uma característica da formação social brasileira, estudos realizados a partir da metade de século XX revelaram a face oculta desse discurso ao desvendar a verdadeira situação em que se encontrava a população que descendia dos africanos que foram aqui escravizados. Entre esses estudos destacamos o trabalho de Florestan Fernandes cuja primeira edição é de 1964, reimpresso em 2013. O estudo ressalta a negação à integração do negro na sociedade após a abolição. Segundo o autor, o negro foi “abandonado à própria sorte”, restando, para ele, as atividades consideradas indignas, de baixa valorização social e de baixa remuneração, uma vez que a opção foi pela contratação da mão de obra dos colonos europeus (FERNANDES, 2013).

O trabalho de Fernandes é referência para tantos outros que, também desmentem a tese da democracia racial. Schwarcz (1993) e Skidmore (2012) relatam a opção do Estado brasileiro pela tentativa de branqueamento da população, a partir do custeio da vinda de imigrantes europeus para o Brasil, situação que, à época, era amparada pela teoria eugenista e pelas teses equivocadas de Darwinismo social, segundo as quais o europeu era considerado com “raça” superior aos mestiços e aos negros brasileiros.

Skidmore (2012, p. 296), embasado em estudos realizados por cientistas sociais, no Brasil, na década de 60, do século XX, faz a seguinte afirmação:

[...] embora os dados não fossem muito abrangentes, e ainda que existissem algumas variações regionais significativas e as opiniões dos pesquisadores divergissem a respeito de como a cor influenciaria a mobilidade social no futuro, tornava-se evidente que quanto mais escura fosse a pele de um brasileiro, mais probabilidade ele teria de estar no limite inferior da escala socioeconômica, e isso de acordo com todos os indicadores – renda, ocupação, educação .

O tratamento discriminatório e a falta de compromisso do Estado para com a população afro-brasileira, evidenciados pelos trabalhos já citados, são corroborados por estudos atuais revelados pelo IPEA (2012), a partir dos quais ficou constatado que, naquele ano, 14,7% da população negra brasileira vivia com até ¼ de salário mínimo mensal per capita, 45,8% vivia com ½ a 1,5 e apenas 4% obtinha mais de 3

salários mínimos mensais per capita. Seis anos após a divulgação, nossa inferência é que não houve mudanças significativas nesses índices e o cenário político atual não é nada promissor.

Com relação à escolaridade, a comparação entre a população negra e a população branca mostrada pelo mesmo instituto exhibe as disparidades e os negros em condições de escolaridade significativamente inferior. Enquanto o percentual de escolarização no ensino médio da população de brancos é 62,9% o de negros 47,8% e no ensino superior é de 22, 2% para brancos e de 9,6% para negros. O instituto ainda revela que, para todas as faixas etárias estudadas, o nível de desemprego dos negros é superior ao dos brancos.

Apesar dos avanços, desde o início do século passado, as informações aqui apresentadas nos levam a constatar que a discriminação histórica ainda se faz presente e a população afro-brasileira ainda vive em condições socioeconômicas inferiores às da população branca.

Dados de pesquisa (aplicação de questionário) realizada entre estudantes do ensino fundamental e médio em escolas públicas do município de Areia, PB, por Sá Sobrinho, *et. al.* (2017), revelaram que 32% dos entrevistados residem em famílias compostas por mais cinco pessoas e 49% têm renda familiar de apenas um salário mínimo, que na época da pesquisa era de R\$ 788,00 (corresponde a 221,36 dólares). A principal fonte de renda da família desses alunos era a agricultura (71%), sendo que 25% dos alunos afirmaram ajudar os pais nas atividades do campo, como plantio e colheita.

Ainda de acordo com essa pesquisa, quando se tratou da auto identificação dos pesquisados apenas 3% afirmaram-se como negros, 46% se auto identificaram como morenos e 25% como pardos. Um dos fatores que pode explicar isso é o fato dos errôneos estereótipos que os negros ainda recebem, devido aos vários séculos de discriminação e preconceito racial. Algarve (2005) afirma que crianças negras são vítimas de discriminação e preconceitos que se manifestam por meio de “apelidos” pejorativos, o que tem implicações para a autoestima, fazendo com que os mesmos se sintam minimizados.

Segundo a interpretação que damos a tais dados, consideramos que a alta proporção dos que se definem como pardos e morenos pode ser a forma pela qual eles tentam fugir da estigmatização, porque ser pardo ou moreno é uma forma de negação da identidade étnica-racial, sendo também uma tentativa de “embranquecimento”. De fato, somando-se os percentuais de morenos, pardos e negros, podemos afirmar que a proporção de afro-brasileiros presentes entre os alunos pesquisados seria de no mínimo 74%, pois, mesmo os que se autodeclararam brancos, mostravam aos observadores nítidos traços característicos de ascendência afro-brasileira.

Assim sendo, os argumentos até então apresentados nos conduzem a uma discussão sobre a cidadania e igualdade de direitos compreendendo que, para a formação cidadã é necessária a garantia de direitos políticos, civis e sociais. No Brasil, tais direitos estão garantidos constitucionalmente, mas, na prática, estamos longe de tê-los igualmente acessados entre as diferentes camadas sociais.

Apesar da diversidade de etnias e culturas, a história da educação brasileira tem como uma de suas características negativas a falta de reconhecimento e a não valorização dessas etnias, centralizando a educação escolar em um modelo de educação eurocêntrico e ocidentalizado. Tanto a população indígena quanto a população negra brasileira não foi reconhecida em seus direitos civis e não teve acesso a uma educação que valorizasse suas trajetórias históricas.

Diante desse quadro, reconhecemos a necessidade de Extensão Universitária, como uma ação propositiva de eliminação das discriminações e da superação do racismo, fortalecendo a identidade negra presente dentro das escolas, principalmente, porque o município de Areia, estado da Paraíba, foi uma das principais cidades produtoras de cana-de-açúcar desde o século XVIII e foi a primeira a abolir a escravidão no estado. Todavia, ainda apresenta um legado deixado pelo modelo escravocrata vivido, em que boa parte da população areense é descendente afro-brasileiro e não se reconhece como tal.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as ações extensionistas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Desenvolvimento Rural e Inclusão Social, com o objetivo de proporcionar discussões e práticas educacionais que permitam a superação da discriminação étnico-racial e a autoafirmação da identidade afro-brasileira junto a estudantes do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, no município de Areia, estado da Paraíba/Brasil. Vale, ainda, dizer que estas ações estão vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-Brasileira e Indígenas (NEABI), no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os projetos de extensão foram desenvolvidos desde 2011, com o apoio do CNPq e/ou da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, da UFPB.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

A concepção de identidade tomada como referência para a realização desse trabalho dialoga com a perspectiva de Hall (2005), segundo o qual, a construção da identidade é um processo dialético cultural. Com base nessa concepção, quando falamos em identidade afro-brasileira, estamos nos referindo a uma construção que ocorre no processo de vivências e construções coletivas, integradas às lutas cotidianas dessa população. O fortalecimento dessa identidade é, a nosso ver, uma construção sociopolítica e o caminho para o fortalecimento da luta coletiva contra as desigualdades socioeconômicas que caracterizam a situação da população afro-brasileira. Portanto, trabalhar o fortalecimento da identidade, é, na nossa concepção, uma alternativa de empoderamento contra “o mito da democracia racial” e as diversas manifestações de racismo ainda presentes na sociedade brasileira. Essa construção, por sua vez, só ocorre por meio da socialização.

Entendemos a socialização como processo pelo qual as pessoas aprendem o modo de vida de sua sociedade, em que os agentes de socialização são grupos ou contextos sociais em que ocorrem processos significativos de socialização e, conseqüentemente, de aprendizagem e compreensão do eu sobre o mundo.

A socialização ocorre em duas grandes fases: a socialização primária e a socialização secundária. A primeira etapa ocorre na primeira infância (antes de 2 anos de idade) e, a infância, é o mais intenso período de aprendizado cultural, pois aprendemos valores, regras, cultura, linguagem e língua, e os padrões básicos de comportamento que formam a base do aprendizado para posterior compreensão de que fazemos parte de uma sociedade. A segunda fase ocorre mais tarde, com a maturidade. As interações sociais nesses contextos difundem os valores, as normas e as crenças que constituem os padrões de sua cultura.

Através do processo de socialização, os indivíduos aprendem papéis sociais, expectativas socialmente definidas que uma pessoa segue numa dada posição cultural, que muitas vezes pode reforçar a desigualdade de classe e a discriminação social. Às vezes, nem sempre, os indivíduos conseguem compreender as ideologias e valores subliminares que estão presentes em comportamentos arraigados e tradicionais construídos pela sociedade que está em constante mudança, mas ainda se vê amarrada em preceitos discriminatórios e de desvalorização da diversidade cultural presente na condição humana.

Nesse contexto, muitas identidades são construídas sem compreender os aspectos culturais e de sua própria ancestralidade, favorecendo a negação da história de diferentes povos que contribuíram na construção de nosso país.

Por isso, ao se pensar em ações extensionistas a serem desenvolvidas nas escolas no município de Areia, no estado da Paraíba, optamos por promover debates e garantir espaços, na perspectiva de reconhecer e valorizar as diferenças. A proposta foi desafiadora, mas ao mesmo tempo importantíssima para a construção de uma perspectiva de sociedade que respeita a diversidade como condição humana. O reconhecimento do outro na diferença é imprescindível para a formação da identidade. Romão (2001, p. 20) fala da necessidade e importância dos educadores, no desenvolvimento de uma educação sem o racismo.

Ao olhar alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura deste aluno e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em sua postura, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação.

A construção do conhecimento educacional voltado para as questões raciais, que promovem os diálogos referidos aos direitos dos cidadãos por uma sociedade igualitária, se mostra associada às resistências e aos desinteresses, tornando-se imprescindível a execução de práticas, estudos e pesquisas

que contribuam para o desenvolvimento de ações pedagógicas inclusivas que explorem a diversidade cultural e racial das crianças.

A construção da identidade, conforme Silva (2011) é de caráter social e político, necessitando de variadas ferramentas para que o indivíduo possa se identificar a partir da relação com as demais pessoas, de modo que ele esteja preparado para encarar os preconceitos existentes na sociedade. Entretanto, autores como Guedes *et. al.* (2013) e Madeira (2009) já relataram as dificuldades que os professores enfrentam para conseguir “conciliar” suas aulas com as temáticas propostas pelas leis. Um dos fatores mais importantes apontados é o desconhecimento da maioria dos profissionais da educação sobre a Lei 10.639/2003 e também a formação insuficiente no tema, causando um *déficit* de base para suas aulas.

Munanga (2003, p. 6) propõe algumas ações que podem ser adotadas nas escolas e contribuir para a valorização de uma educação multiculturalista, entre elas:

[...] ensinar aos alunos as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional; - mudar o currículo e a instrução básica, refletindo as perspectivas e experiências dos diversos grupos culturais, étnicos, raciais e sociais; - realçar a convivência harmoniosa dos diferentes grupos; o respeito e a aceitação dos grupos específicos na sociedade; - enfoque sobre a redução dos preconceitos e a busca de igualdade de oportunidades educacionais e de justiça social para todos; enfoque social, que estimula o pensamento analítico e crítico centrado na redistribuição do poder, da riqueza e dos outros recursos da sociedade entre os diversos grupos, etc.

De acordo com Sodré (1996), língua, história, religião, costumes instituições, bem como o processo subjetivo de identificação são elementos objetivos comuns que definem a civilização, permitindo aos sujeitos a tomada de consciência sobre sua identidade. Essa observação nos leva a outra reflexão pertinente apresentada por Munanga (1996), na qual ele reconhece que a educação, sozinha, não consegue resolver todos os problemas relativos à identidade afro-brasileira, mas ela ocupa lugar privilegiado em nossa sociedade e na discussão sobre diversidade cultural.

A diversidade étnica cultural, no Brasil, é um fator marcante na formação da sociedade brasileira a qual se deve ao processo de migração de várias etnias no período colonial. Os africanos, índios, portugueses e europeus resultaram na miscigenação do povo brasileiro. No entanto, ressaltamos que junto a esse fato foram fortalecidas marcas de desigualdade, racismo e preconceito com um grupo de pessoas (os negros), negado como parte importante da nossa história.

Para superarmos esses aspectos, precisamos materializar o que se espera com a Lei 10.639/2003, que, torna obrigatória a inclusão nos ensinamentos de nível fundamental e médio, o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas, buscando minimizar uma dívida de negação de direitos de igualdade e oportunidades para todos (as).

O ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira é uma grande conquista para a educação que possibilita refletir sobre as políticas públicas de ações afirmativas para o povo negro. É sinônimo de luta

pelo reconhecimento da história do mesmo como parte essencial para a formação da sociedade Brasileira. De acordo Pereira (2007), a educação exerce um papel determinante para o agravamento e superação desse quadro, Segundo Pereira (2007, p. 15): “Nesse cenário, a escola se torna inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete, através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais”, e, assim, é inserido dentro do conteúdo escolar a cultura afro-brasileira e a história da África como prevista na Lei 10.639/2003.

Vale salientar que para o cumprimento da lei citada acima ainda existem muitas limitações, tanto por falta de capacitação dos professores (as) na sua formação ou, até mesmo, a omissão dos mesmos por aceitar fatos negativos impostos por um grupo de pessoas considerado superior em relação a alguns que foram inferiorizados e marginalizados. Por muitas vezes, essa temática não é vista como algo importante para o crescimento intelectual e social do estudante. O trabalho com a Lei 10.639/2003 deve ser visto como uma oportunidade de corrigir uma dívida histórica social e promover a igualdade, o respeito e, acima de tudo, reconhecer a identidade em sua pluralidade.

Entendemos que as atividades de extensão universitária podem favorecer não só a comunidade como a formação inicial dos futuros professores (graduandos em formação) que deverão assumir a responsabilidade social no tocante à construção de prática de superação do racismo e o fortalecimento da identidade de seus educandos.

3 METODOLOGIA

As ações de extensão universitária tiveram como objetivo desenvolver atividades junto a estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio, visando ao fortalecimento da identidade afro-brasileira e a elevação da autoestima para o enfrentamento das diferentes formas de preconceito e discriminação racial. Os objetivos específicos foram: valorizar a história e as personalidades negras brasileiras; promover encontros e debates sobre a participação do negro na formação sociocultural brasileira; apresentar filmes e documentários que remetam a questões afro-brasileiras; discutir sobre diferentes formas de manifestação do racismo e do preconceito e os meios para a sua superação; realizar atividades culturais visando à valorização cultural e à afirmação da identidade afro-brasileira.

Diante do público escolhido e dos objetivos propostos no projeto de extensão, nossa perspectiva metodológica se fundamentou em uma proposta de cunho qualitativo, buscando orientar-se pela compreensão de um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificada, trabalhando assim com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades (MINAYO, 2007). Entendemos que era necessário, inicialmente, compreendermos quem eram os sujeitos participantes, como eles se auto identificavam e como se compreendiam como sujeitos nessa sociedade,

para então desenvolvermos as práticas educacionais. Sendo assim, o projeto de extensão se caracterizou como pesquisa-ação, pois a partir dos dados coletados, houve o planejamento e a execução das atividades de extensão, as quais eram sempre planejadas após avaliação da participação dos resultados alcançados com os envolvidos.

Nossa escolha epistemológica se deu na busca de compreender o ser humano na sua relação com a sociedade, não fundamentando as ações apenas pelas relações materiais, mas também por interações simbólicas, nas quais a visão do eu é construída na relação com o outro. Assim, a execução do projeto ocorreu em momentos distintos, porém complementares descritos em etapas distintas. Foram elas: 1) debate preliminar sobre auto identificação étnico-racial dos alunos e professores participantes; 2) realização de debates e reflexões sobre as temáticas realizadas em momentos de leituras de texto ou exibição de filmes (a exemplo dos existentes na coleção a Cor da Cultura); 3) realização de oficinas de capoeira, dança afro, penteado afro, desenho, de forma que nesses momentos sejam valorizadas a cultura e a identidade afro-brasileira; 4) a escrita de um livro com história de um herói negro identificado pelos estudantes; 5) a produção de materiais e produções dos estudantes sobre a cultura afro-brasileiro e sua identidade.

As avaliações das ações de extensão foram desenvolvidas em duas etapas: uma durante o processo de execução das ações e uma no final. Para a realização das avaliações foram utilizados questionários semiestruturados de forma a sempre permitir a livre expressão das ideias do público envolvido.

As atividades de extensão com essa temática estão sendo desenvolvidas pelo grupo de Estudos e Pesquisa CNPq Educação, Desenvolvimento Rural e Inclusão Social, sob a liderança dos autores, no município de Areia, estado da Paraíba em diferentes escolas desde 2011, com financiamento pelos anos de 2012 a 2014 pelo CNPq e a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários pelos editais ProExt (Programa de Extensão Universitária) e pelo Probex (Projeto de Extensão), vinculados à Universidade Federal da Paraíba. Já foram atendidas, ao longo desses sete anos, cinco escolas, sendo quatro municipais e uma estadual, nos níveis de ensino fundamental II e ensino médio, respectivamente.

Especificamente, sobre as ações de extensão que nos propomos aqui relatar são restritas a uma escola que participou das ações no último ano de trabalhos extensionistas com turmas de ensino fundamental II e médio. Ambas com público de classe trabalhadora, oriundas da zona urbana e rural. Muitos filhos de trabalhadores rurais.

Os resultados dos trabalhos serão apresentados por temáticas de estudos junto aos estudantes. E nomearemos a escola envolvida nas atividades de extensão com nome fictício: Dandara.

4 AS AÇÕES NA ESCOLA DANDARA

O trabalho foi realizado de Maio a Dezembro de 2017. O local deste projeto de extensão foi a Escola Dandara, de ensino fundamental e médio. As atividades foram ministradas por graduandos dos cursos de Ciências Biológicas (Licenciados e cursando o Bacharelado) e Agronomia, sob as orientações dos autores. As atividades foram ministradas semanalmente, das quais participaram 4 turmas matriculadas no componente curricular de História sendo (três do ensino fundamental II e uma da EJA (educação de jovens e adultos) no ensino médio, sendo do terceiro ano, com um público variando dos 13 anos aos 28 anos. Concordando com por Sidekun (2003), na escola como um espaço para a ampliação do sentimento de identidade cultural articulado ao projeto pedagógico o sentido de alteridade, foram desenvolvidas as ações.

Os materiais didáticos adotados para o desempenho das atividades tiveram o intuito de abordar os conteúdos referentes ao ensino da história da África e afro-brasileira a partir da aplicação da Lei 10.639/03, para as quais utilizamos vários recursos pedagógicos dentre eles: *Datashow*, *slides*, imagens, vídeos, filmes e textos impressos. Realizamos também rodas de conversas e apresentações de atividades em determinados momentos, além de palestra como os professores proponentes dos projetos de extensão sobre os estudos étnico-raciais, autonomia e superação da discriminação racial.

Acreditamos que as atividades desenvolvidas e a metodologia utilizada foram de grande importância, para que os estudantes pudessem debater o que estávamos apresentando em sala de aula e pudéssemos ouvir os educandos com suas opiniões, indagações como também suas contribuições para as aulas, proporcionando assim as aprendizagens entre os sujeitos no processo educativo.

A coleta de dados foi feita a partir de observações dos estudantes, registros fotográficos e escritos feitos pelos próprios educandos da escola Dandara. Para uma melhor compreensão da metodologia aplicada será feito um detalhamento a seguir das aulas ministradas durante todo o desenvolvimento do projeto juntos aos resultados obtidos.

Desde o início do desenvolvimento do projeto, os estudantes apresentaram interesse nas atividades e nas aulas. Os mesmos relataram não conhecer a história do povo negro com uma visão tão positiva; esse deve ter sido o motivo do interesse, da satisfação e da participação dos envolvidos com os conteúdos trabalhados.

Dentro dos resultados obtidos, foi possível detectar que as aulas trouxeram satisfação para os alunos, pois estavam sempre participando e tirando dúvidas e trazendo suas contribuições através de relatos de experiências e perguntas, e, principalmente, adquirindo novos conhecimentos críticos sobre a temática de estudos.

4.1 Construindo sua identidade, conhecendo suas raízes: relato de práticas.

Muitos foram os encontros para o desenvolvimento das ações extensionista, os quais preferimos apresentar por temáticas de estudos e debates como foi realizado com os estudantes. No primeiro encontro com as turmas, foi apresentado o projeto, em seguida iniciamos o conteúdo referente à construção da identidade de um povo, dando ênfase aos fatores que contribuem para esse fato.

O objetivo da aula foi de conhecer melhor o público que iria ser trabalhado. Assim, pedimos para que os mesmos montassem uma árvore genealógica em que eles iriam compreender sua história, sua identidade como pessoa, comunidade, e como os mesmos se autodeclaram quanto à questão étnico-racial.

Foi um momento significativo para a realização das atividades, pois conseguimos que os alunos falassem como eles se identificam e se posicionam dentro das questões étnico raciais, o que nos remeteu a introduzir os conceitos de identidade e a valorização do conhecimento das ancestralidades. Para isso foram ministradas aulas em todas as turmas com o conteúdo referente a alguns conceitos sobre a educação das relações étnico raciais. Nesse momento, foram apresentados aos estudantes conceitos sobre a educação étnico-racial, com o objetivo de inserir os mesmos na temática como também auxiliar no auto reconhecimento étnico. Os conceitos trabalhados foram: identidade racial, afro-brasileiro, preconceito racial, discriminação, miscigenação de acordo com o que se propõe a Lei 10.639/03, as ideias de Munanga (1996, 2003); Sodré (1996); ROQUE e SAMIAS (2016); e Silva, (2017).

Dando continuidade a essa aula, foi exibido o filme “O xadrez das cores” (produção brasileira). Após o filme, foi discutido com a turma o que eles sabem sobre a história do negro na formação da sociedade brasileira.

Como atividade avaliativa da aprendizagem sobre o entendimento dos estudantes, pedimos para que fizessem um resumo relacionado ao filme, identificando os conceitos trabalhados anteriormente. A exibição do filme ajudou para que os estudantes compreendessem melhor o que foi visto em parte teórica e permitiu que os mesmos fossem mais participativos, ao contribuir sobre seu entendimento tanto nas aulas como referente ao filme assistido.

Em seguida, as ações pedagógicas se centraram sobre a cultura afro-brasileira, no Brasil, enfatizando a grande diversidade cultural, com ênfase na música, culinária, dança e religião. Esse momento teve como objetivo principal ressaltar a importância de conhecermos a história do negro e suas contribuições para a rica diversidade encontrada no nosso povo.

Foi realizado um trabalho com as turmas de maneira participativa, questionando os estudantes sobre qual conhecimento os mesmos tinham sobre a história do negro, no Brasil, mostrando e explicando o porquê de sermos um país colorido, miscigenado e assim foi compreendido como se dá a identidade

de um povo, e conseqüentemente, valorizando a cultura africana e suas contribuições na formação histórica de nossa nação. Para ampliação do conhecimento dos participantes, também foram apresentadas outras contribuições trazidas da diáspora africana ao Brasil, como matemática, engenharia, a medicina, a educação dos africanos e suas contribuições efetivas no patrimônio cultural da humanidade como CUNHA (s/d) traz em sua obra.

Para isso foram apresentadas imagens referentes à cultura negra, vídeos de dança afro, cultura de determinadas regiões, a identidade racial e sua pluralidade. Junto a essa aula foi exibido o vídeo “Ninguém nasce racista” (produção brasileira), no intuito de ajudar aos educandos a compreender o racismo como um conjunto de fatores sociais, em que na sociedade, se discrimina, se julga, se exclui, pelo fato de não aceitar as diferenças das pessoas, negando o direito de liberdade de um grupo de pessoas, que, no caso específico, mais sofre racismo, no Brasil, os negros.

As aulas seguintes centralizaram-se sobre a África, de maneira a reconstruir os significados sobre esse continente. Para isso foi utilizado o recurso didático *datashow* para exibição de imagens. Essas aulas tiveram como objetivo conhecer um pouco sobre o continente africano, o “berço da civilização humana”, trazendo sua rica e vasta história como também a grande contribuição sobre os conhecimentos científicos e tecnológicos para os dias atuais. Imagens históricas (pirâmides, a Esfinge, sistema de irrigações de povos antigos, embarcações) entre outros foram mostrados e debatidos.

Conforme afirma Jesus (2009), a cultura africana resistiu às inúmeras investidas de aculturação, prevalecendo através de diferentes estratégias diante das dificuldades de conservação de identidade, enquanto modo de viver particular de um povo, lembrando o autor que o povo africano, no período escravocrata, era tratado como mercadoria e não reconhecido como sujeitos capazes de trazer contribuição mental para a história da humanidade.

Foi mostrado com vídeos e imagens que neste continente não existe só miséria, pobreza, e que sua realidade atual é resultado de um continente que possui marcas de exploração, de desigualdade e de negação de direitos para com seu povo, por questões raciais, de poder e de interesse econômico. Foram apresentadas imagens da África que, por muitas vezes, a mídia não se exhibe, como por exemplo: lugares turísticos, reinos antigos, flora e fauna.

Também foram desenvolvidas oficinas destinadas à prática da Capoeira com os estudantes, semanalmente, em que era utilizado um CD, contendo músicas de ritmo capoeirista. Antes da apresentação da prática e iniciação à capoeira, foram realizados estudos sobre os aspectos culturais, de maneira a desmitificar alguns estereótipos associados à capoeira, dentre eles, que a mesma é somente uma dança; que somente pessoas sem compromisso ou indisciplinado a praticam.

Debatemos sobre a história da capoeira, suas origens, aspectos relacionados à resistência à escravização e, no contexto atual, como uma luta marcial, a qual promove benefícios no tocante à

disciplina, à associação e à cooperação, à cultura afro-brasileira e, sobretudo, à própria identidade do povo brasileiro.

Durante as aulas, os estudantes faziam um alongamento antes de executarem a dança a fim de facilitar a execução dos movimentos que seriam realizados, bem como para prevenir qualquer estiramento nos músculos do corpo, uma vez que a capoeira promove a contração e relaxamento contínuo do sistema esquelético. Houve a participação de vários estudantes, do ensino fundamental II, envolvidos nas práticas da capoeira.

O ensino da capoeira, na escola, possibilitou a materialização de pressupostos trazidos na Lei 10.639/03, que institui o ensino de assuntos e história da África nos currículos escolares. A capoeira pode ganhar maior força para ser reconhecida como conteúdo riquíssimo para o acervo cultural do aluno, desenvolvendo não somente o aspecto motor, mas também o cognitivo e afetivo-social, bem como propiciar uma atividade geradora de ação e compreensão, favorecendo a estimulação para ação e decisão no desenrolar das mesmas, e também reflexão sobre resultados de suas ações, para assim, poder modificá-las de frente a algumas dificuldades que possam aparecer e através dessas mesmas atividades, reforçar a autoestima, a autoimagem, a autoconfiança e o autoconceito. (ROQUE e SAMIAS, 2016).

Segundo Silva (2017), a capoeira é uma ferramenta capaz de fazer com que os estudantes compreendam que nas interações com o outro é que eles se formam, bem como são também colaboradores para com a formação dos demais sujeitos. Então, a capoeira seria conteúdo chave capaz de promover uma interação entre as discussões relacionadas ao processo de fortalecimento da identidade dos estudantes que compõem a escola, tanto das escolas públicas quanto das particulares, que é de fato o que consta na Lei de nº 10.639/03 e ratificada em 2008, através da Lei 11.645/08.

Em todas as atividades propostas, observamos a participação dos estudantes, como também observamos a surpresa deles em estudar sobre uma África diferente do que a mídia mostra; conhecer tantas características culturais brasileiras enraizadas na cultura africana, que, muitas vezes, os livros não contam.

Para além do que muitos livros didáticos omitem, nos propusemos, também, a valorizar a literatura negra brasileira, na qual foram trabalhados critérios e características típicas. Discutimos sobre o embranquecimento de figuras ilustres da literatura brasileira como Machado de Assis, que por muitas vezes, sequer foi apresentado como negro brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras. Também foram apresentados contos, poemas, e alguns exemplos e histórias da literatura infantil negra, por meio de rodas de contação de histórias, sendo oferecidas cópias de contos e poemas africanos (contos retirados da coleção Livros Negros) e distribuídos para os alunos. Os próprios estudantes liam para seus colegas e debatíamos sobre o conto. Foi um momento satisfatório para todos os envolvidos, onde todos participaram e os estudantes mostraram-se surpreendidos por não conhecerem tais obras.

Entre uma aula e outra, outros temas foram introduzidos que chamaram a atenção dos estudantes. Podemos destacar o debate sobre o negro na mídia. Foi feita uma abordagem da história do negro na mídia, em que fizemos um breve histórico de quando o negro apareceu na mídia (propaganda) pela primeira vez. Foram abordados os personagens negros, nas novelas, na moda, na dança, no jornalismo, e na música.

Foi proposta a atividade para que os estudantes pesquisassem em redes midiáticas (jornais, revistas, *internet*) sobre os personagens negros, apresentadores, atores e atrizes e trouxessem para a sala de aula.

Como continuidade dessa aula, foi exibido o filme “Vista minha pele” (produção brasileira) em todas as turmas. Esse é um filme que retrata a discriminação racial, e o quanto é difícil ser negro em uma sociedade racista e discriminatória, sendo uma paródia sobre como a escola trata as questões étnico-raciais de maneira a reforçar a desigualdade e a discriminação. Esse filme foi escolhido para ser trabalhado nessa temática porque retrata os estereótipos e negação de direitos dos estudantes excluídos por não serem reconhecidos no grupo social como membros. Munanga (2003, p. 8) diz:

O racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo. Neste sentido, a discussão sobre os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e por extensão no sistema escolar é importantíssima.

Após a exibição do vídeo, os estudantes correlacionaram a discussão do conteúdo apresentado com as imagens trazidas nas pesquisas e se discutiu sobre como o negro e a negra são vistos e representados pela rede midiática; sobre a negação da diversidade cultural e a não valorização da multiculturalidade brasileira.

Ainda na linha pedagógica de valorização sobre o próprio sujeito como construtor de sua história, se propôs trabalhar com o tema “Heróis negros”. Esse encontro foi expositivo com o uso de *datashow*, *power point*, imagens e exibições de vídeos. Foram apresentadas as histórias de pessoas que são consideradas heróis e/ou heroínas em reconhecimento de sua luta e resistência pela busca de igualdade de direitos, no Brasil.

Os vídeos exibidos foram todos do site “A cor da cultura”: Heróis de todo tempo, os quais podem apresentar como exemplo: Zumbi dos Palmares, Dandara, Carolina Maria de Jesus, Machado de Assis, Abdias do Nascimento e outros.

Nesse momento de apresentações dos heróis negros com sua história e contribuição, aprofundamos mais sobre a história dessas personalidades e seus feitos ao povo brasileiro e à população negra, pois como produto final das atividades de extensão na escola Dandara, esperava-se que os estudantes pudessem escrever um livro para relatar as histórias dos seus heróis negros ou heroínas negras,

no formato de um livro de memórias. Com isso, em nosso entendimento, estaríamos não só fortalecendo a identidade étnico-racial dos estudantes, mas contribuindo para a compreensão de suas próprias histórias.

Sendo assim, começou a nascer o produto final do projeto de extensão: a escrita pelos estudantes de um livro “Memórias de pretos e pretas, heróis e heroínas do nosso tempo”.

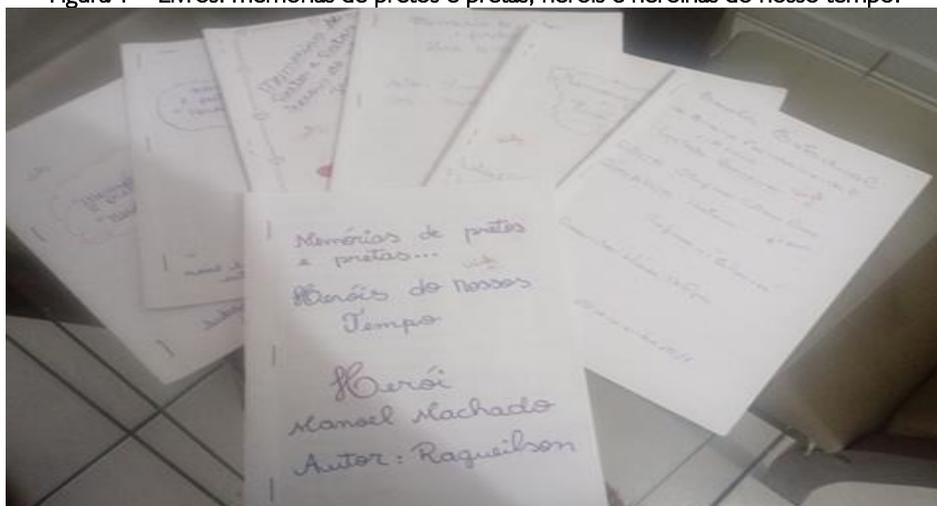
Para isso, os estudantes realizaram uma pesquisa de campo para obter as informações necessárias sobre seus heróis ou heroínas. Os critérios para a escolha dos personagens era a história de uma pessoa que se declarasse negro e que os estudantes conhecessem sua história e pudessem socializá-la com os colegas em classe. A escolha do personagem era feita pelo próprio estudante.

Consideramos uma atividade de grande significância, pois foi dada a oportunidade aos educandos de escrever a história do seu herói ou heroína, momento de grande emoção e conhecimento. Após a realização da escrita do livro “Memórias de pretos e pretas, heróis e heroínas do nosso tempo”, realizamos o dia de apresentações que aconteceu na escola, em uma roda de apresentações. Esse foi o momento de avaliarmos e conhecermos a história escolhida por cada um dos estudantes. As apresentações aconteceram em três aulas consecutivas, nas quais cada estudante lia sua obra, como na roda de contação de história, ao se propor o estudo sobre a literatura negra.

Quanto à satisfação e ao engajamento dos estudantes foi expressiva a realização de cada um. Como um dos estudantes do ensino fundamental se expressou: “professora, como foi bom escrever a história de alguém tão importante para mim”. Dentre a escrita do livro de memórias foi apresentada a história do Mestre de capoeira da cidade de Areia, do líder religioso de matriz africana, sua luta, vivência e superação de preconceito contra a intolerância religiosa. A escolha dos personagens dos livros estava, na maioria, relacionada aos familiares dos próprios estudantes que buscaram em sua história de vida pessoas que eles mesmos identificaram como ícones importantes.

Observamos também que uma das pesquisas realizadas e apresentada por um estudante, foi a história de uma professora da escola Dandara, a qual se declara negra, tem orgulho da pessoa em que se tornou, mas que relatou na sua história uma infância difícil com discriminação porque era negra. Hoje, ela luta para trabalhar em busca de uma educação mais justa e antirracista.

Figura 1 – Livros: memórias de pretos e pretas, heróis e heroínas do nosso tempo.



Fonte: acervo próprio.

Podemos afirmar que o projeto desenvolvido na escola Dandara foi extremamente significativo, por proporcionar a construção da identidade humana e o resgate da memória sobre nossa história e ancestralidade, quebrando paradigma construído pela sociedade que ainda têm marcas do modelo escravocrata que foi o Brasil, antes da República. Tais ações trazem à tona a responsabilidade social da universidade quanto à inclusão social e à eliminação de preconceitos e estereótipos presentes em nossa sociedade, assim como também contribui para o cumprimento do que se prescreve na LDB 9.394/96 sobre o respeito à diversidade nos currículos escolares e a Lei 10.639/03.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que o projeto de extensão foi de extrema relevância para os estudantes das escolas municipais participantes como também para os discentes bolsistas ou voluntários (graduandos, futuros professores em formação), pois pode contribuir na formação cidadã dos participantes e exercitar ações inclusivas com aspectos de reconhecimento da diversidade e valorização da diferença, fortalecendo a identidade dos educandos. Destacamos também a importância de inserir no currículo escolar os estudos relacionados à história do negro e sua contribuição na diversidade étnica e cultural na sociedade brasileira como previsto na lei 10.639/2003.

As aulas sobre educação e as relações étnico-raciais possibilitaram aos estudantes o conhecimento de alguns aspectos sobre a história da África e sobre a luta da população negra, a qual por muito tempo foi negada. Em nosso currículo escolar pautado no eurocentrismo não era inserida essa temática. Por este motivo, buscou-se valorizar e reconhecer as contribuições do povo negro como sendo integrante da nossa história e influenciadores na constituição da identidade e da cultura do povo brasileiro. É preciso que nos

conscientizemos de que a educação é a ponte para o conhecimento e que o âmbito escolar é lugar propício para a formação e construção de uma sociedade justa e igualitária.

A partir da obtenção dos resultados, concluímos que o desempenho dos estudantes foi bastante significativo, mas ainda há muito que se investir para que se fortaleça a identidade do povo areense no tocante às relações étnico-raciais. Para isso, chamamos a atenção da necessidade de investir na formação continuada de professores que atuam nas escolas, por meio de Políticas Públicas oferecidas pela prefeitura municipal, no tocante à formação crítica sobre os conteúdos exigidos pelas Leis 10.639/03 e 11.645/05.

REFERÊNCIAS

ALGARVE, Maria. A. **Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidades elevar a autoestima de criança negra e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** São Carlos – SP: UFSCar, 2005. Dissertação de Mestrado.

BRASIL. **Lei 10.639**. Senado Brasileiro: Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645**. Senado Brasileiro: Brasília, 2005.

CUNHA, Lazaro. **Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal**. Ação Educativa. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/contribuicao-povos-africanos.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2017.

DAXENBERGER, A.C.S.; SÁ SOBRINHO, R.G. O direito legal de reconhecimento da identidade: um estudo sobre a comunidade remanescente de quilombo e os desafios para a superação da desigualdade social. In: DAXENBERGER, A.C.S; SÁ SOBRINHO, R.G. (Orgs.). **Comunidades quilombolas diversidade étnico- racial: diferentes olhares e perspectivas**. João Pessoa. Ed. da UFPB, 2014. p. 13- 33.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. Vol 1.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, F. S. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro do Século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEDES, E; NUNES, P; ANDRADE, T. **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula**. Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013.

HALL, Stuart. **Identidade e cultura na pós-modernidade**. Rio de Janeiro DP&A, 2005.

JESUS, D. L. **A afirmação da identidade da criança negra no cotidiano escolar: u, estudo da aplicação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do ensino fundamental no colégio estadual Adroaldo Ribeiro Costa**. Salvador: 2009.

MADEIRA, M. Z. A. **Relações étnico-raciais e política educacional: reflexões acerca da implementação da Lei 10.639/03**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, Anita, 1994. Resolução CNE n. 01/2004 (2007). Disponível em: <www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci>. Acesso em: 12 de março de 2015.

MUNANGA, K. (Org.). **Estratégia e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MUNANGA, K. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania** (SD). Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, P. L.; VELLOSO, A. D., **A educação para quilombolas**: Experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescentes e educação**. Sem editora. São Paulo, 2007.

ROMÃO, Jeruse. **Por uma educação que promova a autoestima da criança negra**. Brasília, Ministério da Justiça, CEAP, 2001.

ROQUE, M.P.; SAMIAS, E.C. **CAPOEIRA ESCOLAR: A inclusão da Capoeira na Escola nas aulas de Educação Física Escolar e de Artes**. Disponível em: <http://portalcapoeira.com/download/capoeira-escolar-a-inclusao-da-capoeira-na-escola-nas-aulas-de-educacao-fisica-escolar-e-de-artes>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SÁ SOBRINHO, *et all*. A identidade afro-brasileira e a lei 10.639/03 em questão: reflexões a partir de um projeto de extensão universitária. In: DAXENBERGER, A. C. S.; SÁ SOBRINHO, R. G.; SILVA, M. L. (Orgs). **Educação e etnicidade: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C. M.; CARVALHO, M.C.P.de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, n. 10, p. 129-136, jan./jun. 2002.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil, 1870 -1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, J.P. **Capoeira e o ensino de história: Currículo, Livro Didático e a Discussão Sobre o Valor Dessa Manifestação Cultural no Espaço Escolar**. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. Anais, p. 1 - 16.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 -1930)**. São Paulo: Companhia das letras 2012.

SIDEKUN, Antônio. **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

SODRÉ, M. **Claros e Escuros**. Petrópolis: Vozes. 1996.